

# **“Pedir ajuda”, “fazer pressão” e “estar alerta”: reconfigurações entre performances políticas em favelas “pacificadas”**

*“Ask for help”, “put pressure” and “stay alert”:  
reconfigurations among political performances  
in “pacified” favelas*

**Apoena Mano<sup>1</sup>,  
Palloma Menezes<sup>2</sup>**

**1.** Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em Turismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF) com Pós-Graduação em Sociologia Urbana e Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Integrante do UrbanData-Brasil (CEM/USP) e dos grupos de pesquisa MTTM - Mobilidades: Teorias, Temas e Métodos (PPGS/USP) e CIDADES - Núcleo de Pesquisa Urbana (PPCIS/UERJ). Orcid: 0000-0001-9114-0209. [apoenamano@usp.br](mailto:apoenamano@usp.br)

**2.** Professora adjunta do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e mestrado em sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Doutora em sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ) e pelo *Department of Social and Cultural Anthropology da Vrije Universiteit Amsterdam*. Atualmente é coordenadora de

---

**1.** O autor agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio financeiro (Processo no 2020/00670-0). Pela generosa leitura e comentários ao texto final, agradecemos a Jonathan W. B. da Motta. Pela organização deste número temático, agradecemos a Thais Lemos Duarte e Frank Andrew Davies.

pesquisa do Dicionário de Favelas Marielle Franco (FIOCRUZ). Orcid: 0000-0002-8462-2549. [pallomamenezes@gmail.com](mailto:pallomamenezes@gmail.com)

**Resumo:** Este artigo analisa interações sociais a partir da iniciativa de comunicação comunitária “Alerta Santa Marta” para explorar reconfigurações na política local da primeira favela a receber uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Apresentamos formulações teórico-etnográficas a partir da descrição de uma reunião de moradores com representantes da Polícia Militar que foi realizada após protestos organizados a partir de trocas de mensagens por WhatsApp. Partimos de críticas locais constitutivas de uma “luta por direitos” contra a violência policial para caracterizar o que definimos como performances políticas complementares: “pedir ajuda”, “fazer pressão” e “estar alerta”.

**Palavras-chave:** Violência urbana; Comunicação comunitária; Política na favela; UPPs; Pacificação.

**Abstract:** This article analyzes social interactions based on the community-based communication initiative “Alerta Santa Marta” to explore reconfigurations in the local politics of the first favela to receive a Pacifying Police Unit (UPP). We present theoretical-ethnographic formulations based on the description of a meeting of residents with representatives of the Military Police that was held after protests organized through exchanges of messages via WhatsApp. We observe local criticisms constituting a “fight for rights” against police violence to characterize about what we define as complementary political performances: “ask for help”, “put pressure” and “being alert”.

**Keywords:** Urban violence; Community communication; Favela politics; UPPs; Pacification.

## 1. Introdução

É conhecido que um jogo de múltiplos monitoramentos, negociações e confrontos se impôs em territórios de favelas do Rio de Janeiro a partir da implementação do programa de governo das Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs (MENEZES, 2018). De um lado, câmeras de vigilância foram instaladas

pela Polícia Militar, policiais passaram a usar seus celulares para tirar fotos ou filmar pessoas e situações suspeitas e até drones aéreos passaram a compor o instrumental de controle dos territórios “pacificados”. Opostamente, redes de traficantes replicam o regime de vigilância: “olheiros” munidos de celulares ou radinhos se distribuem por inúmeros pontos da favela, visando monitorar os fluxos de pessoas, coisas e informações pelo território. Para os moradores da favela Santa Marta, circunscritos neste “regime de campo minado” (ibid.)<sup>2</sup>, a participação em grupos de Whatsapp para monitoramentos envolvendo o cotidiano se torna um importante mecanismo de gestão de riscos. Contudo, o uso coletivo destes grupos de comunicação comunitária também produz reconfigurações relacionados à política da favela.

Neste trabalho, apresentamos desdobramentos de pesquisas qualitativas sobre cotidiano, formas de governo e violência policial em regiões que interpretamos como “margens do estado” (DAS, POOLE, 2004)<sup>3</sup>. É apresentado um recorte analítico que aborda interações sociais em articulações entre violência urbana, comunicação comunitária e política na favela. A iniciativa “Alerta Santa Marta” é um sistema integrado de três grupos de Whatsapp criado por uma liderança local para estimular a comunicação comunitária entre moradores da favela Santa Marta. Iniciado em Novembro de 2018, após poucas

---

**2.** Sob a lógica territorial que Palloma Menezes (2015, 2018) conceitua como uma experiência de “campo minado” – determinada por um ambiente tensionado por vigilâncias constantes em ameaças de conflitos territoriais - é fundamental aos moradores de favelas uma contínua tentativa de evitar serem vistos em situação que denote alguma impressão de comprometimento com traficantes ou policiais.

**3.** As “margens no Estado” não seriam demarcadas a partir de aspectos exclusivamente geográficos, mas a partir de ideias de fronteiras repercutidas globalmente sobre territórios onde Estados são “falhos”, “fracos” ou “ausentes”. As antropólogas Veena Das e Deborah Poole delinearão três eixos para interpretação em intensidades simultâneas e não necessariamente iguais: 1) periferias habitadas por sujeitos tidos como insuficientemente socializados de acordo com as leis e a ordem vigentes; 2) lugares onde documentos, práticas e palavras do Estado são objetos de inteligibilidades determinadas por assimetrias e violações de direitos; 3) um espaço localizado entre corpos, leis e disciplina (DAS, POOLE, 2004, p. 8)

semanas foram reunidos cerca de 700 moradores e alcançados significativos encaminhamentos projetados entre redes de atores em escala local e supralocal (LEEDS, LEEDS, 1978):

- a) a partilha de imagens, relatos e denúncias relacionadas a tiroteios e abusos policiais;
- b) reivindicações por serviços básicos - como a distribuição de água e eletricidade, coleta de lixo e funcionamento do plano inclinado;
- c) organização de reuniões com representantes de serviços públicos, como a Polícia Militar;
- d) a convocação de protestos e manifestações em vias públicas.

A favela Santa Marta pode ser percebida como território analítico privilegiado se interpretarmos as UPPs como experiências de ordenamento urbano em territórios populares (LEITE, 2014). Circunscrita por particularidades estratégicas e demográficas, o território da favela foi concebido como alvo de um vasto repertório de projetos-piloto - e o título de “favela modelo das UPPs” foi repercutido como reflexo de numerosas intervenções urbanas sendo testadas no local e expandidas até outras favelas “pacificadas” (MENEZES, 2014). Após cerca de 10 anos, conforme o programa apresentou sinais de seu esgotamento em diversas regiões da cidade, permaneceram - entre críticas e trocas de comando - esforços institucionais para a manutenção da UPP Santa Marta (MANO, 2020).

Considerando “performance política” como uma modalidade de ação cuja intenção é exercer influência sobre a definição de uma situação de “luta por direitos”, nosso objetivo neste artigo é demonstrar que usos de iniciativas de comunicação comunitária nas “margens” urbanas produzem reconfigurações em possibilidades de produzir críticas e denúncias sobre formas de governo. Organizamos nossas análises a partir da descrição de uma situação específica: uma reunião de moradores da favela com representantes da Polícia Militar que foi realizada após protestos organizados a partir de trocas de mensagens por WhatsApp.

Ao observar o encontro como um palco onde são desempenhados papéis sociais complementares para sustentar a definição de uma situação,

recorremos à descrição das interações sociais a partir da noção de performance como “toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre este alguma influência” (GOFFMAN, 1990, p. 22). Nestas reivindicações contrárias a formas de violência que afetam as rotinas na favela, as categorias “pedir ajuda”, “fazer pressão” e “estar alerta” são percebidas como modalidades complementares; e formuladas enquanto “formas de ação política que comunicam posições distintas em relação à instância com a qual se interage” (LACERDA, 2014, p. 66).

Nossa participação no Alerta Santa Marta, enquanto pesquisadores, ocorre a partir de um acordo com o moderador da iniciativa e está condicionada ao suporte técnico a necessidades de organização e produção de dados para uso de lideranças locais. Este comprometimento se formou a partir de interlocuções de pesquisa estabelecidas com variados atores sociais em torno de experiências na favela Santa Marta após o início das UPPS (ver MENEZES, 2015 e MANO, 2020).

Em contrapartida, e orientados por princípios da observação-participante (VALLADARES, 2007), temos a possibilidade de produzir análises etnográficas sob o compromisso ético de manter o anonimato das mensagens compartilhadas pelos participantes.

Assim, as formulações apresentadas neste artigo, apoiadas em métodos que tomam o “movimento em si como elemento fundador da vida social” (BÜSCHER, VELOSO, 2018, p. 135), são provenientes de uma forma de “dupla inserção” em relações mediadas por tecnologias comunicacionais constitutivas de um “contínuo on-offline” (MISKOLCI, 2016, p. 284): ao mesmo tempo em que a situação que descrevemos foi acompanhada em presença física por um de nós, também foram registradas de maneira simultânea as trocas de relatos e opiniões através dos textos, imagens e mensagens de voz compartilhadas no Alerta Santa Marta – uma condição experimentada por outros participantes da iniciativa que estavam na reunião.

Após esta introdução, o artigo se estrutura da seguinte forma: na próxima seção, apresentamos a descrição etnográfica da reunião entre moradores da favela Santa Marta e representantes da Polícia Militar. Interações entre o

presidente da Associação de Moradores, o moderador do Alerta Santa Marta e os moradores participantes da iniciativa são analisadas a partir de “formulações teórico-etnográficas” (PEIRANO, 2014, p. 383) ao redor de usos e sentidos de uma “luta por direitos” (EILBAUM, CHAGAS, MEDEIROS, 2019). Em seguida, desdobramos noções de “performance política” a partir do Alerta Santa Marta em três seções: “pedir ajuda”, “fazer pressão” e “estar alerta”. Desenvolvemos o argumento central apoiados sobre uma interpretação de “controle negociado” (MACHADO DA SILVA, 2002) para indicar que a definição de situações pode ser influenciada por “interações móveis” estabelecidas por redes de mensagens de texto, vídeo e voz (JENSEN, 2013). Como possibilidades de produzir críticas e denúncias sobre formas de governo, destacamos o consequente desenvolvimento comunitário de um “capital de rede” (URRY, 2007) e também de engajamentos coletivos que compõem “processos de investigação” (DEWEY, 1938) na favela. Nas considerações finais, sintetizamos as principais contribuições e limitações da análise proposta a partir de debates sobre efeitos e moralidades das UPPs enquanto dispositivo de controle social (ROCHA, CARVALHO, DAVIES, 2018).

## 2. Reunião de moradores com a Polícia Militar

Cerca de 50 cadeiras de plástico estavam configuradas em forma de arco e direcionadas para um lado da sala com uma única fileira de 4 outras cadeiras ao lado de uma grande caixa de som ligada a um microfone. Nesta extremidade, estava localizado um “palco” com vagas destinadas aos responsáveis pela condução do encontro em questão. Com a proximidade do horário agendado, todos os assentos já estavam ocupados e a sala do Polo de Inclusão Social Padre Velloso, no bairro de Botafogo, passava a ser ocupada por pessoas em pé – lotação que surpreendia por ser uma noite de quinta-feira, às 18 horas do dia 24 de janeiro de 2019.

Conforme se prolongava o atraso dos responsáveis pela reunião, uma lista de presença era passada de mãos em mãos e se aproximava de 200 nomes registrados. Apesar de uma suspensão no funcionamento do Plano Inclinado<sup>4</sup> no

---

4. Infraestrutura de transporte vertical na favela Santa Marta, localmente conhecido como

horário da reunião, a adesão de uma quantidade elevada de pessoas interessadas no encontro denotava preocupações em torno do debate em questão. A decoração alegre e colorida, com cortinas de estampas floridas de chita e pequenas estrelas coladas e penduradas no teto, contrastava com o clima tenso daquela noite: estava prestes a ocorrer uma reunião de moradores da favela Santa Marta com representantes da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - PMERJ. O objetivo da reunião era comunicar aos responsáveis do poder público sobre abusos policiais que vinham ocorrendo durante recorrentes tiroteios na favela.

A agitação daquela sala podia ser proporcionalmente percebida pelos participantes que acompanhavam um ritmo de mensagens cada vez mais acelerado nos grupos do Alerta Santa Marta. O volume das vozes na sala ficava mais alto e atordoante à medida em que se tornava cada vez mais difícil acompanhar o frenético ritmo de mensagens que eram enviadas pelo Whatsapp. Ansiedades e incertezas eram compartilhadas porque a reunião era uma resposta da Polícia Militar a reivindicações dos próprios moradores. O atraso dos agentes policiais já chegava a 60 minutos e começava a suscitar dúvidas sobre o acontecimento da reunião:

[JAN/19 - 19:20]: “já estamos aqui reunidos, mas quem puder chegar ainda dá tempo”;

[JAN/19 - 19:20]: “a reunião tá atrasada, mas estamos aqui esperando”

[JAN/19 - 19:20]: “será que eles chegam ou viemos aqui à toa?”

[JAN/19 - 19:20]: “parece que vão deixar de cumprir mais uma promessa... não adianta nada a gente protestar se eles não querem ajudar’

No segundo semestre de 2018, houve na favela Santa Marta uma escalada em tiroteios entre policiais e traficantes - e relatos consequentes sobre formas

---

“bonde”. Em março de 2019, moradores da favela realizaram manifestações em busca de melhorias no funcionamento do serviço de transporte. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/apos-protestos-prefeitura-diz-que-trecho-do-plano-inclinado-do-santa-marta-ficara-parado-por-mais-15-dias-23528850>

de violência contra moradores<sup>5</sup>. Habitantes da favela passaram a ser comunicar por mensagens de celular para compartilhar informações em torno de monitoramentos cotidianos para transitar com segurança pelas ruas. Enquanto criticavam a “falta de resultados” das atividades da Associação de Moradores para direcionar solicitações ao comando da UPP, era repercutida no grupo de WhatsApp a possibilidade de organizar coletivamente uma demonstração pública da insatisfação dos moradores da favela Santa Marta contra a violência policial. Além disto, outras insatisfações relacionadas à precarização da infraestrutura da favela também eram coletivizadas como motivação para uma manifestação – por exemplo, a má-prestação de serviços de distribuição de água, esgoto e eletricidade<sup>6</sup>. Os debates eram mediados pelo moderador da iniciativa conforme eram compartilhadas mensagens sobre uma necessidade constante da população de favelas “lutar por seus direitos”.

Após mais alguns instantes de espera, ocorre um silêncio. Enquanto as pessoas que estavam próximas à porta de acesso da sala se reposicionavam para permitir espaço para passagem, o ambiente era consumido por um clima de apreensão. Três policiais fardados entraram, com semblante sério e olhar firme. Sequer olhavam entre si. Nos grupos de celular, o ritmo das mensagens também era interrompido por alguns instantes. As atenções se direcionavam ao início da reunião. Estavam presentes no local três representantes de instâncias distintas da PMERJ: UPP Santa Marta, Coordenação de Polícia Pacificadora e 2º Batalhão da Polícia Militar - 2º BPM<sup>7</sup>.

Após algumas considerações por parte do presidente da Associação de

---

**5.** De acordo com o laboratório de dados “Fogo Cruzado”, em 2018 a média de conflitos armados na favela Santa Marta era de duas vezes por semana. Realidade diferente do período entre 2008 e 2015, quando não foram relatados tiroteios no local. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/27/antes-pacificado-morro-dona-marta-no-rio-registra-dois-tiroteios-por-semana.ghtml>

**6.** Sobre formas de governo determinadas por condições sociopolíticas de precariedade de infraestruturas urbanas, ver Mano (2019).

**7.** Por questões de privacidade, as identificações de indivíduos envolvidos nas descrições do artigo foram ocultadas.

Moradores da favela Santa Marta, o representante do 2º BPM se levanta, caminha até o centro da sala e pede a palavra. Inicialmente, disse que preferia falar alto do que usar um microfone. Pronunciando pausadamente e parecendo escolher cuidadosamente cada expressão, o policial disse que, naquele momento, era mais importante ouvir as pessoas do que apresentar “respostas prontas”. Por isso, o microfone seria “aberto” para ouvir relatos – conforme um controle instituído pelo limite de 3 minutos de tempo autorizados para cada participante. A audiência parecia atenta a cada gesto do policial enquanto tentava compreender qual seria a melhor maneira de reagir às instruções dadas pelo agente.

Algumas pessoas registravam vídeos da reunião com a câmera dos celulares. No WhatsApp, chegavam mensagens de participantes pedindo desculpas por não conseguir comparecer à reunião – principalmente porque ficaram presas no trabalho ou porque precisaram ficar em casa para cuidar de suas crianças. Outras desejavam sorte, torciam pela obtenção de resultados positivos e pediam que fossem enviadas atualizações sobre as decisões após a reunião. Em um momento onde a atenção dos participantes estava concentrada na possibilidade de diálogo com a Polícia Militar, eram compartilhadas no Alerta Santa Marta imagens que apresentavam perspectivas de como estava o ambiente na sala da reunião – como podemos observar nas fotografias enviadas pelo moderador da iniciativa.

**Figuras 1 e 2:** Reunião de moradores do Santa Marta com representantes da UPP



**Fonte:** Alerta Santa Marta - Moderador.

Durante os relatos, enquanto o microfone passava de mãos em mãos, os policiais permaneceram em silêncio. Durante pouco mais de uma hora ininterrupta de denúncias sobre a “violência policial”, cerca de 30 participantes expuseram suas críticas sobre o impacto dos tiroteios em suas rotinas de vida. Em decorrência de uma predominante presença de mulheres na reunião, em diversos relatos foram explicitadas as preocupações com riscos de vida relacionados a tiroteios ocorrendo em horários matinais, com intensa circulação de jovens estudantes pela favela<sup>8</sup>. Também foram relatadas denúncias sobre revistas vexatórias de policiais homens em moradoras da favela e a ocorrência de invasões e roubos de domicílios durante operações policiais.

Interrompendo os relatos, o representante do 2º BPM se levantou, caminhou até o centro da sala e pediu novamente a palavra. Dizendo que já começava a perceber “repetições nas narrativas”, informou que fazia aquela intervenção porque “conseguiu fazer um diagnóstico”. A primeira impressão compartilhada com o público foi interpretado como uma tentativa de explicação para justificar os modos de ação violenta dos policiais que atuam nas favelas do Rio de Janeiro: “o que o Rio de Janeiro vive é uma coisa que não é natural em nenhum lugar do mundo. Esses são relatos de locais em guerra deflagrada, como Síria, Iraque ou Afeganistão”. Percebendo uma recepção negativa por parte dos participantes, tentou uma abordagem pessoal para dar continuidade ao argumento. Afirmou que a violência cotidiana relatada pelos moradores da favela “é a mesma que aflige os policiais”, e que ele mesmo também tinha uma preocupação constante de conseguir “terminar o dia e voltar vivo, porque tenho filhos em casa me esperando”. Afirmou que aquela reunião era uma possibilidade de criar um “diálogo de boa fé” entre a Polícia Militar e os moradores da favela Santa Marta. Entretanto, logo após dizer que também era de seu interesse que não houvesse mais tiroteios na favela, foi irredutível quanto a uma necessidade de “*contar com a ajuda de todos*” para potencializar as táticas de enfrentamento policial em um “combate aos marginais”.

---

**8.** Sobre intersecções entre “gênero” e “violência” em favelas, ver Vianna e Farias (2011) e Veillette e Nunes (2017)

Reafirmando sua “inteira confiança no trabalho da atual comandante da UPP”, assumiu que compreendia uma necessidade de fazer ajustes nas estratégias de operações policiais na favela. Afirmou que “a sensação de guerra nos tira a percepção de que as ações têm que ser pontuais e cirúrgicas”. Em relação à crítica sobre a recorrência de incursões policiais nas primeiras horas da manhã, disse que, apesar da necessidade mandatória de “fazer patrulhamentos pela favela, porque todo batalhão faz”, se comprometia a interromper momentaneamente as incursões e impedir definitivamente que voltassem a acontecer nos horários de circulação de crianças pela favela.

Considerando o contexto político onde uma Intervenção Federal-Militar na Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro havia encerrado atividades de metade dos postos de UPP<sup>9</sup>, finalizou a reunião respondendo a uma das dúvidas de maior preocupação dos moradores da favela – “A UPP Santa Marta também seria encerrada?”. A declaração do agente policial foi categórica: “A Polícia Militar não vai sair do Santa Marta. *Não sou eu que decido, mas já está decidido*”.

Esta revelação ocasionou agitação tanto no instante em que foi anunciada, quanto em repercussões nas conversas de moradores após a reunião. Encerrado o evento, enquanto algumas pessoas saíam apressadas em retorno às suas rotinas, o ritmo de mensagens enviadas pelo WhatsApp se intensificava. Pessoas que estavam subindo as escadas da favela, ou aguardando na fila do Plano Inclinado, compartilhavam seus pontos de vista sobre a reunião. Entre uma maioria de mensagens que indicavam satisfação com os compromissos assumidos, algumas indicavam desconfiança. Em resumo, manifestavam questionamentos em relação à validade dos compromissos assumidos pela desconfiança de a reunião não passava de “um teatro armado”. O moderador do

---

**9.** Uma Intervenção Federal-Militar na Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro foi decretada em 2018. A partir da publicação no Diário Oficial da União, um general do exército foi tornado titular da pasta. A extinção de 13 UPPs, metade do total de instalações, foi justificada por representarem áreas onde “a política de pacificação fracassou” – embora os critérios deste fracasso não tenham sido formalmente apresentados. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/04/gabinete-de-intervencao-vai-extinguir-metade-das-upps-do-rj.html>

Alerta Santa Marta enviou uma mensagem tentando sintetizar as conquistas alcançadas pelos mecanismos de atuação política da iniciativa de comunicação comunitária e a necessidade de permanecer “alerta” sobre novas possibilidades de cobranças na favela:

“Não vai ser uma reunião que vai resolver o problema. Vai ter sempre um ou outro. Mas que a gente possa se fortalecer a cada dia, que a galera possa denunciar, gravar, falar. É porque só assim - com *reunião, imprensa e protesto* - que a gente vai conseguir mudar alguma coisa. Tem que *fazer pressão*. Com as pessoas caladas eles vão fazer o que querem. E eles sentiram que a gente tem educação, que a gente tem conhecimento, que a gente é politizado. E que a gente tem uma galera valente que pode e que chega junto quando é necessário. Então, temos que agradecer a todo mundo. É muito boa essa união”.  
(MENSAGEM DE VOZ – ALERTA SANTA MARTA - JANEIRO/2019)

### 3. Pedir ajuda

Momentos antes da chegada dos policiais à reunião, enquanto as pessoas que aguardavam ficavam mais ansiosas com a incerteza sobre o acontecimento do encontro, o presidente da Associação de Moradores se levantou e caminhou com o microfone em mãos até o centro da sala. Talvez percebendo a agitação no local e temendo que os participantes desistissem de aguardar - o que poderia reduzir impactos daquela oportunidade -, chamou a atenção para iniciar uma sequência de orientações relacionadas ao comportamento da audiência de moradores durante a reunião. A “definição da situação” (GOFFMAN, 1990, p. 3) daquele encontro, portanto, deveria ser objeto de desempenho e controle dos demais participantes em cooperação enquanto plateia.

Inicialmente, afim de esclarecer sentidos reciprocamente referidos entre os participantes, o presidente elaborou comentários sobre o histórico da atuação “do Estado” nas favelas da cidade e a frustração coletiva relacionada às promessas de garantia de serviços e cidadania no âmbito do programa de “pacificação”. Em seguida, compartilhou orientações de desempenho geral, para que os moradores avaliassem a pertinência de suas intervenções durante a reunião. Pelo fato de haver muitas pessoas reunidas, o presidente da Associação de

Moradores imaginava que pudessem ocorrer “excessos” - como reações furiosas devido a explicações insatisfatórias dos policiais à indignação dos moradores. Orientações sobre o controle destes excessos, de acordo com ele, eram indispensáveis para não justificar um encerramento prematuro daquela reunião: “Não vamos entrar no jogo deles. A reunião é pra lutar pelos nossos direitos. Ninguém é obrigado a ficar calado, mas quem levantar a mão pra falar e *pedir ajuda* tem que ter certeza”.

Se tratando de uma reunião agendada após uma manifestação convocada pelos moradores por meio de mensagens de celular, há certo valor analítico em observar o momento em que o presidente da Associação de Moradores se levanta para compartilhar saberes e experiências relacionadas a suas próprias formas de atuação frente a necessidade de reivindicações políticas. Em uma performance onde, ao mesmo tempo em que é potencialmente percebido pelos demais numa reafirmação de sua condição como um agente de mediação política para a comunidade local, o presidente desempenha um “papel social”<sup>10</sup> que legitima sua atuação como liderança política. Projeções desta performance são reproduzidas em diversas dimensões que afetam suas interações – considerando tanto os participantes presentes, quanto as fotos e imagens que foram registradas por câmeras de celular e compartilhadas no Alerta Santa Marta.

Após a chegada dos representantes policiais à reunião, o presidente da Associação de Moradores permanece em cena enquanto celebra o acontecimento daquela reunião, comunicando um breve histórico pessoal da sua relação com comandantes da UPP Santa Marta. Antes de passar a palavra para os policiais, fez questão de não generalizar suas críticas à instituição da Polícia Militar. Disse que era importante identificar as “laranjas podres” que impediam que o “trabalho de pacificação” fosse continuado na favela. Direcionadas aos policiais, suas últimas palavras foram um pedido de ajuda e uma tentativa de reduzir o clima de tensão durante a reunião: “A gente não quer coibir o trabalho

---

**10.** Por papel social, podemos compreender “um conjunto de deveres e representações pré-estabelecidas a certas posições sociais” estabelecidos anteriormente à interação dos atores sob cristalizações de interações historicamente ocorrentes e socialmente estabelecidas através da estrutura social (GOFFMAN, 1990, p. 27).

do Estado. Tá todo mundo aqui porque a gente quer paz. A gente quer deitar e sonhar. *Me ajuda* pra que a comunidade volte a viver uma vida normal”.

Entendendo que modificações na intervenção de instituições do Estado no território das favelas pode provocar o reposicionamento de atores sociais em jogos de poderes locais (PANDOLFI, GRYSZPAN, 2002), podemos refletir sobre efeitos do programa das UPPs sobre Associações de Moradores em favelas. No caso da favela Santa Marta, o posicionamento da UPP como instância mediadora de reivindicações políticas requalificou formas tradicionais de atuação de movimentos associativistas sob o que foi classificado por Machado da Silva (2002) como um “controle negociado”: uma correlação de forças entre movimentos sociais de favelas e instituições de políticas estatais, onde a capacidade de produzir críticas e reivindicações urbanas por parte dos primeiros é dependente de um certo nível de cooperação e adequação de discursos relacionados a um ambiente politicamente desfavorável desses grupos sociais. Deste modo, a UPP representa um processo em que políticas públicas justificadas por modos de incorporação da favela à cidade ocorrem condicionadas por um “padrão de integração social fragmentado” às custas da constituição efetiva de uma “categoria social subalterna” (ibid.).

Alinhamentos entre as expressões “*contar com a ajuda de todos*” e “*me ajuda para que a comunidade volte a viver uma vida normal*”, reproduzidas pelo representante da Polícia Militar e pelo presidente da Associação de Moradores, nos levam a compreender que o “controle negociado” pode ser representado pela expressão “pedir ajuda”. Contudo, experiências anteriores revelam um desgaste condicional desta narrativa - afinal, “ajudar” a UPP não seria necessariamente algo benéfico à comunidade ou àqueles dispostos a contribuir a favor da segurança na favela<sup>11</sup>.

---

**11.** A mensagem “Denuncie! Ajude a UPP a ajudar você” foi exposta em um cartaz na favela Cidade de Deus, incentivando moradores a denunciarem as ações criminosas de traficantes locais (MENEZES, 2015, p. 328). Contudo, este recurso discursivo representa controvérsias porque poderia representar comprometimentos ou “contaminações” aos responsáveis pelas denúncias frente a forças oponentes, como grupos organizados de traficantes – dinâmica que contribui com intensificações em mecanismos de vigilância nas favelas (MENEZES, 2015).

## 4. Fazer pressão

Durante a reunião, participantes do Alerta Santa Marta que não puderam comparecer ao local recebiam, em tempo real, registros de celular a partir da colaboração dos que estavam no encontro. Interações mediadas por registros em textos, fotos, áudios e vídeos compartilhados através dos celulares nos esclarecem que, com o advento de novas tecnologias, a necessidade de proximidade física para estabelecer relações e comunicações “face-a-face” foi atravessada pela possibilidade de conexões proporcionadas por mobilidades de informações (URRY, 2007).

Devemos assumir deslocamentos interpretativos que considerem formas de “alargamento” das performances e interações sociais em modalidades de “interações móveis” através de tecnologias de comunicação (JENSEN, 2013, p. 14)<sup>12</sup>. Em uma realidade cada vez mais dependente de celulares, câmeras e aplicativos digitais, devemos readequar metodologias e interpretações analíticas a partir de mediações sociotécnicas na vida cotidiana, no qual “se inserem todos que usam meios comunicacionais em rede em seu cotidiano” (MISKOLCI, 2016, p. 284)<sup>13</sup>.

Em indicação a uma performance política alternativa ao “pedir ajuda”, podemos refletir a partir da expressão grifada na mensagem de voz enviada após o final da reunião: “fazer pressão”. A mensagem do moderador da iniciativa de comunicação comunitária demonstra as conexões e redes estabelecidas coletivamente ao redor do Alerta Santa Marta. Na afirmação de que “só assim

---

**12.** A noção de “interações móveis” não sustenta similaridades entre as interações presenciais e as interações mediadas por câmeras de vídeo ou mensagens de voz, mas nos esclarece que conexões por tecnologias em rede permitem a criação de um “nexo” no qual sujeitos inseridos entre mobilidades de informações realizam um trabalho performativo de interação e negociação em múltiplas demarcações (JENSEN, 2013, p. 136)

**13.** Segundo Miskolci, vivemos “uma mudança sociotécnica de uma sociedade baseada predominantemente nas relações face a face para uma em que as relações mediadas pela conectividade ganham importância mesmo que não substituam as presenciais” (MISKOLCI, 2016, p. 283), implicando transformações tecnológicas e sociais que não podem mais serem compreendidas em separado - assim como suas consequências econômicas e políticas.

com *reunião, imprensa, protesto* que a gente vai conseguir mudar alguma coisa”, está implícito um alinhamento de “interações móveis” na consolidação de uma cadeia de informações reproduzidas a partir do Alerta Santa Marta, onde 1) moradores filmam e registram condutas policiais ilegais e compartilham no grupo; 2) o moderador da iniciativa acessa estes registros de moradores e envia para outros contatos; 3) repórteres e jornalistas recebem estes registros e divulgam em noticiários de grande circulação. Dando sequência às coberturas midiáticas, repórteres e jornalistas também estiveram acompanhando e transmitindo presencialmente os protestos de rua convocados pelos moradores da favela Santa Marta. Portanto, percebemos que entre as expressões “reunião”, “imprensa” e “protesto”, é estabelecida uma rede de interações mantida à distância e constitutiva de performances políticas.

Destacamos, assim, que a partir das “interações móveis” que acontecem ao redor de grupos de WhatsApp, mobilizações políticas a partir de conexões constituídas entre atores “supralocais” (LEEDS, LEEDS, 1978, p. 34) produzem consequências no espaço social da favela Santa Marta. Em particular, observamos o desenvolvimento de uma forma coletiva de influência a partir de conexões colaborativas mantidas à distância e de capacidades de coordená-las – o “capital de rede” (URRY, 2007, p. 27).

Quando menciona a necessidade coletiva de “fazer pressão”, o moderador da iniciativa está se referindo a possibilidades de reivindicação por direitos a partir da capacidade de “gerar, organizar, sustentar e instrumentalizar relações sociais com pessoas não necessariamente próximas, mas conectividades que possam trazer benefícios emocionais, financeiros e práticos” (URRY, 2007, p. 197). Encadeamentos de informações reproduzidas pelo Alerta Santa Marta representam capacidades dos sujeitos de coordenar redes estratégicas para obtenção de conhecimento tácito e outras vantagens – e, assim, se o capital de rede diz respeito às relações sociais de circulação, “a riqueza que lhe é própria são as socialidades construídas por meio de conexões dispersas” (FREIRE-MEDEIROS, LAGES, 2020, p. 131).

Profissional do turismo e empreendedor da favela, o moderador da iniciativa pôde reunir diversificados contatos a partir de contatos profissionais

facilitados pelo período de “pacificação” – e a partir da organização produtiva de suas redes, podemos indicar o estabelecimento de uma performance política. Contudo, diferente de concepções mais tradicionais de lideranças em favelas (MACHADO DA SILVA, 2011), ele não faz parte da Associação de Moradores e não está ligado atualmente a alguma instituição formal da favela. Assim como muitas novas e jovens lideranças de favelas cariocas, o moderador do Alerta Santa Marta atua de forma menos institucionalizada, articulando experiências e conhecimentos de sua trajetória pessoal e profissional a partir de iniciativas autônomas que entrelaçam projetos sociais, empreendedorismo e ativismo político. De acordo com ele, há muito potencial em torno das possibilidades de engajamento comunitário para “fazer pressão” a partir do Santa Marta Alerta: “eu consigo falar com 750 pessoas de uma vez, e se cada pessoa mora em uma casa de família com 3 pessoas, é uma grande quantidade de pessoas que eu consigo colocar em contato”.

Não pretendemos definir uma relação de oposição ou antagonismo pela definição das performances políticas “pedir ajuda” e “fazer pressão”. De modo contrário, afirmamos que são modalidades de ação complementares e que nos levam a admitir que uma nova forma de presença estatal nas favelas produz modificações em formas historicamente reconhecidas de fazer política nessas localidades (ROCHA, CARVALHO, DAVIES, 2018). Esta perspectiva de complementariedade pode ser ilustrada pelo cartaz de divulgação de uma manifestação convocada por meio do Alerta Santa Marta em que é destacado o lema constantemente enfatizado em torno da Associação de Moradores: “Juntos somos fortes!”.

**Figura 3:** Cartaz de divulgação de manifestação.

**Fonte:** Favela Santa Marta - Facebook.



## 5. Estar alerta

Durante o período da reunião destinado aos relatos e denúncias, ficaram evidentes os sentidos compartilhados entre os moradores ao acionar a categoria “violência policial” (EILBAUM, MEDEIROS, 2015). A reunião poderia ser percebida como um encontro material onde textos, mensagens de voz e demais registros compartilhados pelo Alerta Santa Marta estavam reunidos face-a-face em uma mesma sala. No momento em que a audiência é convidada a participar ativamente do encontro, podemos interpretar que a manutenção da situação também foi definida pelo conjunto de performances sob o estabelecimento de coerência e controle em torno de um mesmo propósito. Com base na noção de “equipe” (GOFFMAN, 1990, p. 77) para perceber a reprodução de um conjunto de sentidos reciprocamente referidos pelos participantes em torno das denúncias na reunião, podemos inferir que a partir do Alerta Santa Marta há o desenvolvimento de um engajamento político compartilhado – que culminou na presença extraordinária de quase 200 moradores no encontro através de convocações por celulares.

Diversos moradores permaneciam com expressões desconfiadas ao final da reunião. Embora os representantes da Polícia Militar tivessem assumido compromissos de interromper as operações para refazer seus planos de ação, também foi comunicado por eles que “aquela reunião não resolveria tudo” – o que gerou reações controversas. Na perspectiva de muitos moradores, problemas históricos não seriam resolvidos com aquela reunião, e como relatou uma participante após o encontro, aquela seria apenas uma “encenação para apaziguar os ânimos”. No Alerta Santa Marta, participantes tentavam manter a motivação coletiva através de mensagens que destacavam a possibilidade de novos protestos: “vamos descer de novo e parar tudo até eles resolverem”.

Na semana posterior não houve operação policial ou nenhum relato de tiroteio – o que causou celebrações entre os participantes pelos resultados da reunião. Entretanto, algumas semanas depois, formas graduais de violência policial voltaram a ser relatadas em mensagens com relatos de novas revistas vexatórias sobre moradores e roubos de pertences em residências da favela. Através do Alerta Santa Marta, alguns participantes manifestavam desapontamento com

uma aparente ineficácia de suas mobilizações contra a violência policial.

Entretanto, as mensagens de desânimo foram acompanhadas por argumentos contrários, em interpretações de que a “conquista” de uma reunião com a Polícia Militar simbolizava a eficiência da iniciativa de comunicação comunitária e da organização autônoma estabelecida pelos participantes do Alerta Santa Marta. O relato de uma moradora sumariza uma sequência de mensagens compartilhadas no WhatsApp:

“Acho que a gente não pode ter esse pensamento de que ir em reunião não vale para nada. Vale sim, gente... Só que não dá pra tudo ser 100% resolvido de uma hora pra outra. Ainda mais com esse governo que quer matar todos nós. Então, se não estivermos unidos enquanto moradores, enquanto favelados, vai morrer todo mundo. E vai ficar por isso mesmo. Então, a gente tem que ir mesmo nas reuniões para falar e dar nossas opiniões. Todo dia morre alguém em favelas, e isso não é certo. Eu acho que as pessoas não podem ficar com essa “cabecinha quadrada” sobre não participar das coisas. Ninguém é obrigado a nada, mas é melhor a gente *se unir*.” (MENSAGEM DE VOZ – ALERTA SANTA MARTA - JANEIRO/2019)

Interpretada na mensagem pelo direcionamento sobre as vidas de “favelados”, observamos que a partir de perspectivas sobre uma forma de governo sustentada pela possibilidade de “matar” (MBEMBE, 2016) emerge uma afirmação sobre a necessidade de “*se unir*” que pode ser definida a partir de sentidos compartilhados em torno da ideia de “estar na luta”: enfrentamentos a condições historicamente estabelecidas que exigem determinada postura que “supõe tenacidade, resiliência, capacidade de suportar as manobras, de sustentar a coragem, de fazer denúncias, de atuar junto aos demais, dando ‘apoio’ e convencendo da importância de persistir” (VIANNA, 2015, p. 414).

A utilização coletiva do Alerta Santa Marta inaugura dinâmicas de interações sociais e engajamentos políticos a partir de celulares, câmeras e mensagens instantâneas (BRUNO, 2004) - e a própria denominação da iniciativa revela uma forma de performance coletivamente promovida. “*Estar alerta*” se manifesta

pelos participantes da iniciativa Alerta Santa Marta como um estado subjetivo de constante atenção cotidiana à medida em que compartilham nos celulares um cuidado coletivo pela necessidade de (re)atualizar informações como uma forma de mapear riscos na favela.

A iniciativa Alerta Santa Marta pode ser pensada como um dispositivo que facilita e amplia possibilidades de realização de “processos de investigação” coletiva na favela (DEWEY, 1938)<sup>14</sup>. Desde o início das atividades nos grupos de WhatsApp, foi perceptível o aumento da quantidade de moradores participando de debates em torno do desenvolvimento de um senso crítico de coletividade, principalmente ao serem confrontados com a possibilidade de reivindicações políticas relacionadas aos seus direitos e cidadania. Os processos de investigação podem envolver situações muito diversas e, frequentemente, discussões no grupo são abertas em torno de temáticas ordinárias: “Alguém mais sem água na torneira de casa?”, “Pessoal, podem me dizer se o plano inclinado está funcionando hoje?”, “Ouvi um barulho alto no morro. Será que foi a caixa de energia elétrica?”, “Alguém ouviu som de tiros? Minhas crianças estão com medo” (MANO, 2020). Em continuidades às mensagens e comentários de (re)atualização sobre problemas do dia-a-dia, há um acúmulo coletivo de relatos sobre insatisfações e críticas cotidianas que, eventualmente, estimulam a necessidade de engajamento político e a organização de novos protestos.

## 6. Considerações Finais

Durante os primeiros anos do programa das UPPs, novos canais de diálogo

---

**14.** Por processo de investigação, compreendemos uma atividade que visa “a transformação controlada ou dirigida de uma situação indeterminada em uma situação que é de tal modo determinada em suas distinções e relações constitutivas que ela converte os elementos da situação original em um todo unificado” (DEWEY, 1939, p. 104-5). Conforme interpretado por uma de nós em atenção aos efeitos da “pacificação” (MENEZES, 2015), há uma circularidade constante das fases de investigação na qual cada uma está contida em todas as outras - ou seja, ainda que em intensidades variadas, estágios de indeterminação, problematização, testes e estabilizações ocorrem em uma evolução permanente de estabilidades e instabilidades, cujas investigações e ações dos atores são mantidas ao longo do tempo.

político foram propostos a partir de reuniões organizadas pela Polícia Militar – que embora aparentassem ser uma expressão simbólica e “ritual” de disposição formal à escuta por parte das forças de segurança, se revelaram ser espaços pouco acessíveis para debates sobre o próprio policiamento nas favelas (DAVIES, 2014, p. 36). Determinados por um ordenamento moral da ação política dos moradores, estes encontros atuaram como mecanismos de “transição” entre regimes de regulação da ordem sob um “esforço pedagógico-civilizacional” (ROCHA, CARVALHO, DAVIES, 2018, p. 218)<sup>15</sup>. Períodos após o lançamento do programa, foram definidas de maneira mais evidente as implicações produzidas pela presença policial nos espaços de participação comunitária das favelas com UPP: entre a criminalização e o cerceamento, foi perpetuado “um mecanismo de deslegitimação dos favelados e seus representantes” no terreno da condenação moral (ROCHA, 2018, p. 486).

Situando a favela Santa Marta enquanto um território central entre fluxos urbanos relacionados ao programa de “pacificação”, podemos assinalar características particulares a partir das formulações apresentadas em torno de uma iniciativa de comunicação comunitária mediada por tecnologias de comunicação – e menos do que explorar equipamentos, sistemas operacionais ou plataformas, interessa analisar as relações sociais que elas permitem, moldam ou negociam (MISKOLCI, 2016).

Formulações metodológicas atentas aos movimentos de informações e corpos (BÜSCHER, VELOSO, 2018), nos permitem observar que a partir do “capital de rede” coordenado entre “interações móveis” ao redor da iniciativa Alerta Santa Marta, foram desenvolvidas reconfigurações entre performances políticas

---

**15.** No primeiro encontro entre governo e moradores após a implementação da UPP Rocinha, em 2011, o comandante do BOPE esclareceu as determinantes diretrizes inauguradas a partir daquele instante. Em suas palavras, para indicar que que “a presença do Estado na favela não ocorria por causa dos bandidos”, mas para “trazer paz”, o discurso pontuou valores e moralidades de um ordenamento subordinado à necessidade de engajamento dos moradores: “Vimos para lhes defender. Para defender a Ordem, os Direitos Humanos e a Democracia. Mas lembro que todos aqui tem sua parcela de responsabilidade”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/moradores-da-rocinha-participam-de-reuniao-com-bope-3249927>

na favela – como convocações para protestos via celular e a expressiva presença de moradores na reunião com a Polícia Militar. Para além de uma dimensão “ritual” de um encontro periódico para reajustar a eficácia moral relacionada a uma forma de governo, como analisado por Davies (2014) sobre reuniões da “pacificação” em 2013, o encontro em 2019 ocorre como resposta institucional após modulações numa cronologia de críticas sobre um projeto político (MENEZES, CORRÊA, 2017).

Contudo, a ocorrência de uma reunião de moradores com policiais não deve ser interpretada como uma intervenção direta na política de Estado. Isto pode ser percebido pela comunicação do policial, na reunião, em relação à permanência da UPP Santa Marta: “*Não sou eu que decido, mas já está decidido*”. Por isso, seria um engano interpretar a reação institucional às denúncias de moradores contra a polícia como o rompimento de um modo de gestão de favelas (LEITE, 2014).

Entre experiências sociopolíticas organizadas a partir de interações mediadas por celular, observamos possibilidades de formulação de provas contra situações de opressão e de reprodução de críticas por experiências cotidianas que se tornam públicas (BOLTANSKI, 2013). Entretanto, ao perceber que os compromissos assumidos pelos representantes das UPPs foram descumpridos semanas após o encontro, observamos uma continuidade do “sistema de política gestonária” (ibid.) - institucionalizado pelo dispositivo de governo articulado no campo da Segurança Pública que, cada vez mais, é convertido em uma “guerra como modo de governo” (MAGALHÃES, 2021).

Nestas considerações finais, reforçamos que é na própria reprodução da necessidade de mediação política que a favela é (re)construída como uma margem urbana – “um espaço que, de tanto ser colocado para fora, é o que melhor explicita os mecanismos por que se opera de dentro do Estado” (ARAUJO SILVA, CARVALHO, 2015, p. 72). Em observações sobre aspectos da ordem interacional que podem simbolizar questionamentos à ordem estrutural (GOFFMAN, 1983), notamos que ao mesmo tempo em que reuniões comunitárias articuladas por autoridades policiais tenham requalificado o “controle negociado” em torno da Associação de Moradores - implicando reflexões sobre a competência analítica

atual desta categoria (ROCHA, 2018) -, outros modos de liderança foram formatados a partir de imaginários produzidos sobre a favela “pacificada”, entre contatos de interesse mútuo e agenciamento político. Como alternativa às capacidades de negociação a partir da Associação de Moradores, iniciativas de comunicação comunitária possibilitam reconfigurações em performances políticas entre modalidades de ação complementares – indicadas neste artigo como “pedir ajuda”, “fazer pressão” e “estar alerta”<sup>16</sup>.

## Referências

ARAUJO SILVA, M. C.; CARVALHO, M. B. Circuitos políticos em uma favela pacificada: Os desafios da mediação. **Dilemas**, v. 8, n. 1, p. 63-76, 2015.

BOLTANSKI, L. Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestonária. **Sociologia & Antropologia**, v. 3, n. 6, p. 441-463, 2013.

BRUNO, F. Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação. **Revista Famecos**, v. 11, n. 24, p. 110-124, 2004.

BÜSCHER, M.; VELOSO, L. Métodos móveis. **Tempo Social**, v. 30, n. 2, p. 133-151, 2018.

DAS, V.; POOLE, D. **Anthropology in the Margins of the State**. Oxford: James Currey, 2004.

DAVIES, F. A. Rituais de “pacificação”: uma análise das reuniões organizadas pelos comandos das UPPs. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 8, n. 1, p. 24-46, 2014.

DEWEY, J. **Logic: the theory of inquiry**. New York: Henry Holt, 1938.

---

**16.** No contexto da pandemia da Covid-19 em 2020, pudemos observar situações que caracterizam modalidades de ação complementares entre diferentes tipos de performance política na favela Santa Marta (MENEZES, MANO, 2020): enquanto a Associação de Moradores atuou com o objetivo de reunir e oferecer cestas básicas para garantir a segurança alimentar da população, contatos pré-estabelecidos por moradores foram acionados para reunir voluntários, doações e equipamentos em torno da produção de uma ação coletiva de sanitização das ruas e vielas da favela.

EILBAUM, L.; CHAGAS, G. F.; MEDEIROS, F. Apresentação: Por uma abordagem etnográfica dos “direitos humanos”: conflitos, moralidades e direitos. **Antropolítica**, n. 47, p. 8-31, 2019.

\_\_\_\_\_.; MEDEIROS, F. Quando existe ‘violência policial’? Direitos, moralidades e ordem pública no Rio de Janeiro. **Dilemas**, v. 8, n. 3, p. 407-428, 2015.

FREIRE-MEDEIROS, B.; LAGES, M. P. A virada das mobilidades: fluxos, fixos e fricções. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 123, p. 121-142, 2020.

GOFFMAN, E. The interaction order: American Sociological Association, 1982 presidential address. **American sociological review**, v. 48, n. 1, p. 1-17, 1983.

\_\_\_\_\_. **The Presentation of Self in Everyday Life**. New York: Anchor Books, 1990 [1959].

JENSEN, O. B. **Staging mobilities**. London: Routledge, 2013.

LACERDA, P. O sofrer, o narrar, o agir: dimensões da mobilização social de familiares de vítimas. **Horizontes Antropológicos**, v. 20, n. 42, p. 49-75, 2014.

LEEDS, A.; LEEDS, E. **A sociologia do Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

LEITE, M. P. Entre a ‘guerra’ e a ‘paz’: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. **Dilemas**, v. 7, n. 4, p. 625-642, 2014.

MACHADO DA SILVA, L. A. A continuidade do “problema da favela”. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV/CNPq, 2002. p. 220-237

\_\_\_\_\_. A política na favela. **Dilemas**, v. 4, n. 4, p. 699-716, [1967] 2011.

MAGALHÃES, A. A guerra como modo de governo em favelas do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 106, p. 1-20, 2021.

MANO, A. D. Incerteza e suspensão: notas sobre a vida material e política da infraestrutura no cotidiano da favela Santa Marta/RJ. **Revista Argumentos**, v. 16, n. 1, p. 133-159, 2019.

\_\_\_\_\_. D. **Dispositivos de Mobilidade**: Estética, precariedade e legibilidade no marco de dez anos da “favela modelo”. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Rio de Janeiro: UERJ, 2020.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, n. 32, p. 122-151, 2016.

MENEZES, P. Os rumores da ‘pacificação’: A chegada da UPP e as mudanças nos problemas públicos no Santa Marta e na Cidade de Deus. **Dilemas**, v. 7, n. 4, p. 665-684, 2014.

\_\_\_\_\_. **Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”**: uma etnografia do processo de “pacificação” de favelas cariocas. Tese (Doutorado em Sociologia). Rio de Janeiro: IESP/UERJ, 2015.

\_\_\_\_\_. Monitorar, negociar e confrontar: as (re) definições na gestão dos ilegalismos em favelas “pacificadas”. **Tempo Social**, v. 30, n. 3, p. 191-216, 2018.

\_\_\_\_\_; CORRÊA, D. From disarmament to rearmament: elements for a sociology of critique of the Pacification Police Unit Program. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 14, n. 3, p. 1-24, 2017.

\_\_\_\_\_; MANO, A. Sanitização comunitária, articulações e trocas de conhecimentos para ‘cuidar dos nossos’: Entrevista com Thiago Firmino, liderança da favela Santa Marta, Rio de Janeiro. **Dilemas**, Reflexões na Pandemia 2020 (seção excepcional), p. 1-17, 2020.

MISKOLCI, R. Sociologia digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 6, n. 2, p. 275-297, 2016.

PANDOLFI, D.; GRYNSZPAN, M. Poder público e favelas: uma relação delicada. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV/CNPq, 2002. p. 238-255

PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes antropológicos**, n. 42, p. 377-391, 2014.

ROCHA, L. de M. Associativismo de moradores de favelas cariocas e criminalização. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 31, n. 65, p. 475-494, 2018.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, M. B.; DAVIES, F. A. Crítica e controle social nas margens da cidade: etnografia de espaços de participação em favelas “pacificadas” do Rio de Janeiro. **r@u - Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar**, v. 10, p. 216-237, 2018.

URRY, J. **Mobilities**. London: Polity Press, 2007.

VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 63, p. 153-155, 2007.

VEILLETTE, A.-M.; NUNES, N. R. DE A. As mulheres e os efeitos da pacificação das favelas no Rio de Janeiro: compreendendo o gênero na política de segurança. **O Social em Questão**, v. Ano XX-no 38-Mai a Ago/2017, p. 171-190, 2017.

VIANNA, A. Tempos, dores e corpos: considerações sobre a 'espera' entre familiares de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra de Sá (orgs.). **Dispositivos urbanos e tramas dos viventes, ordens e resistências**. Rio de Janeiro: FGV/Faperj, 2015. p. 405-418

VIANNA, A.; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **cadernos pagu**, n. 37, p. 79-116, 2011.

**Recebido:** 13/12/2020

**Aceito:** 23/02/2021